



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XX PALMAS, SEXTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2009

Nº 1698



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim
1º Vice-presidente: Dep. Júnior Coimbra
2º Vice-presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. Paulo Roberto
2º Secretário: Dep. Stalin Bucar
3ª Secretária: Dep. Luana Ribeiro
4º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Manoel Queiroz (Vice) Amélio Cayres, José Geraldo, Eli Borges.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Marcello Lelis, Toinho Andrade, Cacildo Vasconcelos, Iderval Silva, Fábio Martins.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Iderval Silva (pres)**, Toinho Andrade (vice), Marcello Lelis, José Geraldo, Fábio Martins.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Soalnge Duailibe.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Manoel Queiroz (vice), César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges,

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins(vice), Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Josi Nunes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Eduardo do Dertins (pres)**, Cacildo Vasconcelos(vice), Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Iderval Silva.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, José Geraldo, Josi Nunes, Fábio Martins.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Dr. Zé Viana(pres)**, Marcello Lelis (vice), Raimundo Palito, Júnior Coimbra, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Luana Ribeiro, , Angelo Agnolin, José Geraldo, Josi Nunes, Manoel Queiroz.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso(pres)**, Eduardo do Dertins (vice), Marcello Lelis, César Halum, Cacildo Vasconcelos.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Toinho Andrade, José Geraldo, Iderval Silva, Fábio Martins.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **José Geraldo (pres)**, Toinho Andrade(vice), Amélio Cayres, Sandoval Cardoso, Eduardo do Dertins.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Júnior Coimbra, Solange Duailibe.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Fábio Martins(vice), Pr. Pedro Lima, Toinho Andrade, Raimundo Moreira.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Dr. Zé Viana, Raimundo Palito, Eli Borges, Manoel Queiroz.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges, Eduardo do Dertins.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Promoção do Desenvolvimento Sustentável às Margens da UHE-Lajeado e Processos de Licenciamento Ambiental.

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin(pres)**, Solange Duailibe (vice), Marcello Lelis, José Geraldo.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Luana Ribeiro, Toinho Andrade, Fábio Martins.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 01/2009

Altera a Lei 1.605, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário.

O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei 1.605, de 1º de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 1º-A:

“Art. 1º-A A revisão geral e anual da remuneração dos servidores comissionados observará a mesma data base fixada para os servidores efetivos do Poder Judiciário.” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 1.605/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O servidor efetivo nomeado para cargo de provimento em comissão poderá optar por perceber o vencimento do cargo efetivo ou do cargo comissionado, acrescido da gratificação do cargo em comissão, sem prejuízo das vantagens pessoais a que fizer jus” (NR)

Art. 3º Fica concedido aos servidores comissionados do Poder Judiciário do Estado do Tocantins reajuste no percentual de 26,86% (vinte seis por cento e oitenta e seis décimos) sobre a remuneração vigente em 31 de dezembro de 2007, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2008.

Art. 4º A partir de 1º de maio de 2009, os anexos I a IV à Lei nº 1.605, de 1º de setembro de 2005, passam a vigorar na conformidade dos Anexos I e II desta Lei, respectivamente.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão custeadas com recursos consignados no orçamento geral do Estado ao Poder Judiciário e dependerão das disponibilidades orçamentária e financeira deste.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos __ dias do mês de _____ de 2009; 188º da Independência, 121º da República e 21º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

ANEXO I

DAJ - CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO JUDICIÁRIO

DENOMINAÇÃO	SIMB	NÍVEL	QUANT	REMUNERAÇÃO		
				VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Diretor Geral	DAJ	6	1	7.659,17	2.553,06	10.212,23
Secretário Geral da Presidência	DAJ	6	1			

Assessor Jurídico da Presidência	DAJ	5	4	5.580,26	1.860,09	7.440,35			
Assessor Jurídico-Administrativo da Presidência	DAJ	5	1						
Assessor Jurídico da Corregedoria-Geral da Justiça	DAJ	5	2						
Assessor Jurídico de Desembargador	DAJ	5	48						
Assessor Jurídico-Administrativo da Diretoria-Geral	DAJ	5	2						
Chefe de Gabinete da Presidência	DAJ	5	1						
Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça	DAJ	5	1						
Diretor Administrativo	DAJ	5	1						
Diretor Financeiro	DAJ	5	1						
Diretor de Gestão Estratégica e Estatística	DAJ	5	1						
Diretor de Gestão de Pessoas	DAJ	5	1						
Diretor Judiciário	DAJ	5	1	4.595,50	1.531,83	6.127,34			
Diretor de Tecnologia da Informação	DAJ	5	1						
Chefe do Centro de Comunicação Social	DAJ	4	1						
Controlador Interno	DAJ	4	1						
Secretário de Câmara	DAJ	4	4						
Secretário do Conselho da Magistratura	DAJ	4	1						
Secretário do Tribunal Pleno	DAJ	4	1						
Assessor de Cerimonial	DAJ	3	1				3.939,00	1.313,00	5.252,00
Assessor de Imprensa	DAJ	3	1						
Assessor Militar	DAJ	3	1						
Assessor de Projetos da Diretoria Geral	DAJ	3	1						
Assessor Técnico de Desembargador	DAJ	3	12						
Assessor Técnico de Estatística	DAJ	3	1						
Chefe da Junta Médica	DAJ	3	1						
Chefe do Serviço de Compras	DAJ	3	1						
Chefe do Serviço de Obras	DAJ	3	1						
Chefe do Serviço de Saúde	DAJ	3	1						
Coordenador de Apoio da Corregedoria-Geral da Justiça	DAJ	3	1						
Presidente da Comissão de Licitação	DAJ	3	1	1.969,50	656,50	2.626,00			
Secretário de Processos Administrativos	DAJ	3	1						
Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAJ	2	2						
Médico Perito	DAJ	2	2						
Médico Especialista	DAJ	2	1						
Secretário da Comissão de Licitação	DAJ	2	1						
Secretário de Precatórios	DAJ	2	1						
Secretário de Recursos Constitucionais	DAJ	2	1						
Assessor Jurídico de 1ª Instância	DAJ	1	121						

ANEXO II

ADJ - CARGOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA AO JUDICIÁRIO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SIMB	NÍVEL	QUANT.	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Assistente de Gabinete da Presidência	ADJ	4	2	1.641,26	547,09	2.188,35
Assistente de Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça	ADJ	4	1			
Assistente de Gabinete de Desembargador	ADJ	4	36			
Assistente de Gabinete da Diretoria-Geral	ADJ	4	2			
Assistente de Suporte Técnico	ADJ	4	6			
Chefe de Divisão	ADJ	4	29	1.313,00	437,67	1.750,67
Conciliador dos Juizados Especiais	ADJ	4	31			
Chefe de Seção	ADJ	3	59			
Mestre de Cerimônias	ADJ	3	1	1.116,05	372,01	1.488,07
Secretário-TJ	ADJ	3	23			
Motorista da Corregedoria Geral da Justiça	ADJ	2	1	1.116,05	372,01	1.488,07
Motorista de Desembargador	ADJ	2	12			
Motorista da Diretoria-Geral	ADJ	2	1			
Motorista da Presidência	ADJ	2	2			
Secretário do Juízo	ADJ	2	46			

PROJETO DE LEI Nº 02/2009

Altera a Lei 1.604, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Subsídios - PCCS, dos servidores do Poder Judiciário.

O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os anexos II e V à Lei nº 1.604, de 1º de setembro de 2005, passam a vigorar na conformidade dos Anexos I e II à esta Lei, respectivamente.

Art. 2º É alterada para vencimentos a atual modalidade de remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Tocantins QCE-PJ, instituído pela Lei nº 1.604, de 1º de setembro de 2005.

Art. 3º Fica reservado o quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do total dos cargos comissionados de direção e chefia para serem preenchidos por servidores efetivos do Poder Judiciário.

Art. 4º Os artigos 5º, caput, art. 11, parágrafo único, art. 17, inciso I e inciso IV, 'b', art. 19, inciso VII, e art. 24, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

Parágrafo Único. Efetivado o enquadramento previsto no 'caput', na data assinalada, o servidor somente poderá evoluir na carreira mediante o cumprimento dos requisitos legais de progressão e promoção definidos nesta lei, vedada qualquer forma de reenquadramento posterior.

Art. 17.

I - tenha cumprido 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontra, exceto nos casos previstos no art. 24, nos quais a progressão ocorrerá automaticamente no

momento da aprovação no estágio probatório;

IV -

b) em seus assentamentos funcionais, na data da concessão da progressão, anotação sobre punição por crime contra a administração pública ou ilícito administrativo previsto em lei.

Art. 19.

VII - informar ao servidor sobre o resultado de seu desempenho.

Art. 24. Aprovado no Estágio Probatório, o servidor é imediatamente elevado para o padrão seguinte da correspondente classe.” (NR)

Art. 5º Fica criada a Junta Médica do Poder Judiciário, a ser regulamentada pelo Chefe do Poder Judiciário.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei serão custeadas com recursos consignados no orçamento geral do Estado ao Poder Judiciário e dependerão das disponibilidades orçamentária e financeira deste.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos ____ dias do mês de _____ de 2009; 188º da Independência, 121º da República e 21º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

ANEXO I

CARREIRA DE SERVIÇO TÉCNICO JUDICIÁRIO

QUANT.	CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
69	ANALISTA JUDICIÁRIO	Especial	20	7.605,33
			19	7.243,17
			18	6.898,26
			17	6.569,77
			16	6.256,93
		C	15	5.958,98
			14	5.675,22
			13	5.404,97
			12	5.147,59
			11	4.902,46
4	OFICIAL DE JUSTIÇA DE 2ª INSTÂNCIA	B	10	4.669,01
			9	4.446,68
			8	4.234,93
			7	4.033,27
			6	3.841,21
		A	5	3.658,29
			4	3.484,09
			3	3.318,18
			2	3.160,17
			1	3.009,69
147	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	Especial	20	5.750,99
			19	5.477,13
			18	5.216,32
			17	4.967,92
			16	4.731,35
2	COMISSÁRIO DE VIGILÂNCIA	C	15	4.506,05
			14	4.291,48
			13	4.087,12
			12	3.892,50
			11	3.707,14
46	CONTADOR / DISTRIBUIDOR	B	10	3.530,61
			9	3.362,48
			8	3.202,37
			7	3.049,87
			6	2.904,64
147	ESCRIVÃO	A	5	2.766,32
			4	2.634,59
			3	2.509,14
			2	2.389,65
			1	2.275,86
49	ESCRIVÃO-SECRETÁRIO	A	4	2.634,59
			3	2.509,14
			2	2.389,65
			1	2.275,86

101	ATENDENTE JUDICIÁRIO	Especial	20	4.327,98
			19	4.121,89
			18	3.925,61
			17	3.738,67
			16	3.560,64
356	ESCREVENTE	C	15	3.391,09
			14	3.229,61
			13	3.075,82
			12	2.929,35
			11	2.789,86
46	PORTEIRO DE AUDITÓRIO / DEPOSITÁRIO	B	10	2.657,01
			9	2.530,48
			8	2.409,98
			7	2.295,22
			6	2.185,93
		A	5	2.081,83
			4	1.982,70
			3	1.888,28
			2	1.798,37
			1	1.712,73

CARREIRA DE SERVIÇO DE APOIO JUDICIÁRIO

QUANT.	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
35	ANALISTA TÉCNICO	Administração Ciência da Computação Assistência Social Biblioteconomia Ciências Contábeis Ciências Econômicas Psicologia Revisão de Textos	Especial	20	7.605,33
				19	7.243,17
				18	6.898,26
				17	6.569,77
				16	6.256,93
			C	15	5.958,98
				14	5.675,22
				13	5.404,97
				12	5.147,59
				11	4.902,46
			B	10	4.669,01
				9	4.446,68
				8	4.234,93
				7	4.033,27
				6	3.841,21
A	5	3.658,29			
	4	3.484,09			
	3	3.318,18			
	2	3.160,17			
	1	3.009,69			
35	ASSISTENTE TÉCNICO	Assistência à Editoração Programação de Computadores Contabilidade Manutenção e Operação Eletrônica Assistência Administrativa	Especial	20	2.975,04
				19	2.833,37
				18	2.698,45
				17	2.569,95
				16	2.447,57
			C	15	2.331,02
				14	2.220,02
				13	2.114,30
				12	2.013,62
				11	1.917,74
			B	10	1.826,42
				9	1.739,44
				8	1.656,61
				7	1.577,73
				6	1.502,60
A	5	1.431,04			
	4	1.362,90			
	3	1.298,00			
	2	1.236,19			
	1	1.177,32			
15	MOTORISTA	Direção de veículo e transporte de pessoas e objetos	Especial	20	2.621,12
				19	2.496,30
				18	2.377,43
				17	2.264,22
				16	2.156,40
			C	15	2.053,71
				14	1.955,92
				13	1.862,78
				12	1.774,08
				11	1.689,60
			B	10	1.609,14
				9	1.532,51
				8	1.459,54
				7	1.390,03
				6	1.323,84
A	5	1.260,80			
	4	1.200,76			
	3	1.143,59			
	2	1.089,13			
	1	1.037,27			

34	AUXILIAR TÉCNICO	Manutenção Predial Auxílio Administrativo Segurança e Vigilância	Especial	20	1.721,60
				19	1.639,62
				18	1.561,54
				17	1.487,18
				16	1.416,36
			C	15	1.348,92
				14	1.284,68
				13	1.223,51
				12	1.165,24
				11	1.109,76
			B	10	1.056,91
				9	1.006,58
				8	958,65
				7	913,00
				6	869,52
A	5	828,12			
	4	788,68			
	3	751,13			
	2	715,36			
	1	681,29			
30	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Serviços Gerais	Especial	20	1.721,60
				19	1.639,62
				18	1.561,54
				17	1.487,18
				16	1.416,36
			C	15	1.348,92
				14	1.284,68
				13	1.223,51
				12	1.165,24
				11	1.109,76
			B	10	1.056,91
				9	1.006,58
				8	958,65
				7	913,00
				6	869,52
A	5	828,12			
	4	788,68			
	3	751,13			
	2	715,36			
	1	681,29			

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 01/2009

Altera a Lei 1.605, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário.

A Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º A Lei 1.605, de 1º de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos arts. 1º -A e 2º-A, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A. A revisão geral e anual da remuneração dos servidores comissionados observará a mesma data base fixada para os servidores efetivos do Poder Judiciário.” (NR)

“Art. 2º-A. Fixa o vencimento e representação do cargo de Diretor Geral em R\$ 6.360,00 e R\$ 3.180,00, respectivamente; e o vencimento e representação dos cargos de Assessor Jurídico da Presidência, Assessor Jurídico-Administrativo da Presidência, Assessor Jurídico de Desembargador, Assessor Jurídico da Corregedoria Geral da Justiça, Assessor Jurídico-Administrativo da Diretoria-Geral, Chefe de Gabinete da Presidência, Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral de Justiça, Coordenador de Assessoramento Jurídico da Presidência, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Diretor de Gestão Estratégica e Estatística, Diretor de Gestão de Pessoas, Diretor Judiciário, Diretor de Tecnologia da Informação e Diretor do

Centro de Comunicação Social em R\$ 4.261,48 e R\$ 2.130,74, respectivamente.” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 1.605/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O servidor efetivo nomeado para exercer cargo de provimento em comissão poderá optar por perceber o vencimento do cargo efetivo ou do cargo comissionado, acrescido da gratificação do cargo em comissão, sem prejuízo das vantagens pessoais a que fizer jus.” (NR)

Art. 3º A partir de 1º de maio de 2009, os anexos I a IV à Lei nº 1.605, de 1º de setembro de 2005, passam a vigorar na conformidade dos Anexos I a IV desta Lei, respectivamente.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei serão custeadas com recursos consignados no orçamento do Poder Judiciário para os exercícios de 2009 e seguintes e dependerão das disponibilidades orçamentária e financeira.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2009.

Palácio Rio Tocantins, em Palmas, aos 25 dias do mês de maio de 2009; 188º da Independência, 121º da República e 21º do Estado.

DESEMBARGADORA WILLAMARA LEILA

Presidente

SUBSTITUTIVO AO ANEXO I DO PROJETO DE LEI Nº 01/2009 CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO JUDICIÁRIO – DAJ

SÍMBOLO	NÍVEL	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	REMUNERAÇÃO
DAJ	5	3.825,00	1.275,00	5.100,00
DAJ	4	3.150,00	1.050,00	4.200,00
DAJ	3	2.700,00	900,00	3.600,00
DAJ	2	1.575,00	525,00	2.100,00

SUBSTITUTIVO AO ANEXO II DO PROJETO DE LEI Nº 01/2009 CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO JUDICIÁRIO – DAJ

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO/NÍVEL	QUANT.
Diretor Geral	-	1
Assessor Jurídico da Presidência	-	4
Assessor Jurídico Administrativo da Presidência	-	1
Assessor Jurídico da Corregedoria Geral da Justiça	-	2
Assessor Jurídico de Desembargador	-	48
Assessor Jurídico Administrativo da Diretoria Geral	-	3
Chefe de Gabinete da Presidência	-	1
Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça	-	1
Diretor Administrativo	-	1
Diretor Financeiro	-	1
Diretor de Gestão Estratégica e Estatística	-	1
Diretor de Gestão de Pessoas	-	1
Diretor Judiciário	-	1
Diretor do Centro de Comunicação Social	-	1
Diretor de Tecnologia da Informação	-	1
Coordenador de Assessoramento Jurídico da Presidência	-	1

Controlador Interno	DAJ-5	1
Coordenador de Assessoramento da Diretoria Geral	DAJ-5	1
Secretário de Câmara	DAJ-5	4
Secretário do Conselho da Magistratura	DAJ-5	1
Secretário do Tribunal Pleno	DAJ-5	1
Assessor de Cerimonial	DAJ-4	1
Assessor de Imprensa	DAJ-4	1
Assessor Militar	DAJ-4	1
Assessor de Projetos da Diretoria Geral	DAJ-4	2
Chefe da Junta Médica do Poder Judiciário	DAJ-4	1
Chefe do Departamento de Obras	DAJ-4	1
Chefe do Centro de Saúde	DAJ-4	1
Arquiteto	DAJ-3	2
Assessor Técnico de Desembargador	DAJ-3	12
Assessor Técnico de Estatística	DAJ-3	1
Chefe da Central de Compras	DAJ-3	1
Coordenador de Apoio da Corregedoria Geral da Justiça	DAJ-3	1
Engenheiro	DAJ-3	3
Presidente da Comissão de Licitação	DAJ-3	1
Secretário de Precatórios	DAJ-3	1
Secretário de Processos Administrativos	DAJ-3	1
Secretário de Recursos Constitucionais	DAJ-3	1
Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAJ-2	2
Médico Perito	DAJ-2	4
Médico Especialista	DAJ-2	2
Secretário da Comissão de Licitação	DAJ-2	1
Chefe de Divisão	DAJ-2	29
Assessor Jurídico de 1ª Instância	DAJ-2	130

SUBSTITUTIVO AO ANEXO III DO PROJETO DE LEI Nº 01/2009 CARGOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA AO JUDICIÁRIO – ADJ

SÍMBOLO	NÍVEL	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	REMUNERAÇÃO
ADJ	5	1.350,00	450,00	1.800,00
ADJ	4	1.125,00	375,00	1.500,00
ADJ	3	900,00	300,00	1.200,00
ADJ	2	765,00	255,00	1.020,00
ADJ	1	675,00	225,00	900,00

SUBSTITUTIVO AO ANEXO IV DO PROJETO DE LEI Nº 01/2009 CARGOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA AO JUDICIÁRIO – ADJ

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO/NÍVEL	QUANT.
Assistente de Gabinete da Presidência	ADJ-5	2
Assistente de Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça	ADJ-5	1
Assistente de Gabinete de Desembargador	ADJ-5	36
Assistente de Gabinete da Diretoria-Geral	ADJ-5	2
Assistente de Suporte Técnico	ADJ-4	10
Conciliador dos Juizados Especiais	ADJ-4	31
Conciliador da Justiça Móvel	ADJ-4	6
Chefe de Serviço	ADJ-4	59
Secretário TJ	ADJ-4	23
Mestre de Cerimônias	ADJ-3	1
Secretário do Juízo	ADJ-2	46
Auxiliar de Enfermagem	ADJ-2	2
Motorista da Presidência	ADJ-2	2
Motorista da Corregedoria Geral da Justiça	ADJ-2	1
Motorista de Desembargador	ADJ-2	12
Motorista da Diretoria Geral	ADJ-2	1

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 02/2009

Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e altera a Lei 1.604, de 1º de setembro de 2005.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º É concedida revisão geral anual da remuneração dos servidores do Quadro de Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Tocantins - QCE-PJ, ativos, inativos e pensionistas, relativa à data base de maio de 2009, no percentual de 10 % (dez por cento) sobre os valores dos vencimentos básicos constantes do Anexo V, da Lei nº 1.604, de 1º de setembro de 2005, que passam a vigorar, a partir de 1º de maio de 2009, conforme o Anexo I e II desta Lei.

Art. 2º É alterada para vencimentos a atual modalidade de remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Tocantins QCE-PJ, instituído pela Lei 1.604/2005.

Art. 3º Fica reservado o quantitativo de 50% (cinquenta por cento) do total dos cargos comissionados de direção e chefia para serem preenchidos por servidores efetivos do Poder Judiciário.

Art. 4º A Lei 1.604/2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.

Parágrafo único. Efetivado o enquadramento previsto no *caput*, na data assinalada, o servidor somente poderá evoluir na carreira mediante o cumprimento dos requisitos legais de progressão e promoção definidos nesta Lei, vedada qualquer forma de reenquadramento posterior.

Art. 17.

I - tenha cumprido 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontre, exceto nos casos previstos no art. 24, nos quais a progressão ocorrerá automaticamente no momento da aprovação no estágio probatório;

.....

IV –

.....

b) em seus assentamentos funcionais, na data da concessão da progressão, anotação sobre punição por crime contra a administração pública ou ilícito administrativo previsto em lei.

Art. 19.

VII - informar ao servidor sobre o resultado de seu desempenho.

.....

Art. 24. Aprovado no Estágio Probatório, o servidor é ime-

diatamente elevado para o padrão seguinte da correspondente classe.” (NR)

Art. 5º Fica criada a Junta Médica do Poder Judiciário, a ser regulamentada pelo Chefe do Poder Judiciário.

Art. 6º O Anexo II da Lei nº 1.604/2005 passa a vigorar de acordo com o Anexo I a esta Lei.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas com recursos consignados no orçamento do Poder Judiciário para os exercícios de 2009 e seguintes e dependerão das disponibilidades orçamentária e financeira.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Rio Tocantins, em Palmas, aos 26 dias do mês de maio de 2009; 188º da Independência, 121º da República e 21º do Estado.

Desembargadora **WILLAMARA LEILA**
Presidente

**SUBSTITUTIVO AO ANEXO I DO PROJETO DE LEI Nº 02/2009
QUADRO DE CARGOS EFETIVOS E RESPECTIVOS
QUANTITATIVOS**

CARREIRA DE SERVIÇO TÉCNICO JUDICIÁRIO	
CARGO	QUANTIDADE
Analista Judiciário	69
Oficial de Justiça de 2ª Instância	4
Oficial de Justiça Avalia dor	147
Contador Distribuidor	51
Escrivão	147
Escrivão-Secretário	49
Escrevente	261
Comissário de Vigilância	2
Atendente Judiciário	111
Porteiro de Auditório/Depositário	46

CARREIRA DE SERVIÇO DE APOIO JUDICIÁRIO		
CARGO	QUANT.	DISCIPLINA DE ATUAÇÃO
Analista Técnico	35	Administração
		Ciências da Computação
		Assistência Social
		Biblioteconomia
		Ciências Contábeis
		Ciências Econômicas
		Psicologia
		Revisão de Textos
Assistente Técnico	35	Assistência à Editoração
		Programação de Computadores
		Contabilidade
		Manutenção e Operação Eletrônica
		Assistência Administrativa
Motorista	15	Direção de veículos e transporte de pessoas e objetos
Auxiliar Técnico	44	Manutenção Predial
		Auxílio Administrativo
		Segurança e Vigilância
Auxiliar de Serviços Gerais	35	Serviços Gerais

**SUBSTITUTIVO AO ANEXO II DO PROJETO DE LEI Nº 02/2009
CARREIRA DE SERVIÇO TÉCNICO JUDICIÁRIO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA JUDICIÁRIO OFICIAL DE JUSTIÇA DE 2ª INSTÂNCIA	Especial	20	7.274,67
		19	6.928,25
		18	6.598,34
		17	6.284,13
		16	5.984,88
	C	15	5.699,89
		14	5.428,47
		13	5.169,97
		12	4.923,78
		11	4.689,31
	B	10	4.466,01
		9	4.253,35
		8	4.050,81
		7	3.857,91
		6	3.674,20
	A	5	3.499,24
		4	3.332,61
		3	3.173,91
		2	3.022,77
		1	2.878,83
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR COMISSÁRIO DE VIGILÂNCIA CONTADOR / DISTRIBUIDOR ESCRIVÃO ESCRIVÃO-SECRETÁRIO	Especial	20	5.500,95
		19	5.239,00
		18	4.989,52
		17	4.751,92
		16	4.525,64
	C	15	4.310,13
		14	4.104,89
		13	3.909,42
		12	3.723,26
		11	3.545,96
	B	10	3.377,10
		9	3.216,29
		8	3.063,13
		7	2.917,27
		6	2.778,35
A	5	2.646,05	
	4	2.520,05	
	3	2.400,04	
	2	2.285,76	
	1	2.176,91	
ATENDENTE JUDICIÁRIO ESCREVENTE PORTEIRO DE AUDITÓRIO / DEPOSITÁRIO	Especial	20	4.139,81
		19	3.942,68
		18	3.754,93
		17	3.576,12
		16	3.405,83
	C	15	3.243,65
		14	3.089,19
		13	2.942,08
		12	2.801,99
		11	2.668,56
	B	10	2.541,48
		9	2.420,46
		8	2.305,20
		7	2.195,43
		6	2.090,88
A	5	1.991,32	
	4	1.896,49	
	3	1.806,18	
	2	1.720,18	
	1	1.638,26	

CARREIRA DE SERVIÇO DE APOIO JUDICIÁRIO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA TÉCNICO	Especial	20	7.274,67
		19	6.928,25
		18	6.598,34
		17	6.284,13
		16	5.984,88
	C	15	5.699,89
		14	5.428,47
		13	5.169,97
		12	4.923,78
		11	4.689,31
	B	10	4.466,01
		9	4.253,35
		8	4.050,81
		7	3.857,91
		6	3.674,20
	A	5	3.499,24
		4	3.332,61
		3	3.173,91
		2	3.022,77
		1	2.878,83

ASSISTENTE TÉCNICO	Especial	20	2.845,69
		19	2.710,18
		18	2.581,12
		17	2.458,21
		16	2.341,16
	C	15	2.229,67
		14	2.123,50
		13	2.022,38
		12	1.926,07
		11	1.834,36
	B	10	1.747,01
		9	1.663,82
		8	1.584,59
		7	1.509,13
		6	1.437,27
	A	5	1.368,83
		4	1.303,64
		3	1.241,56
		2	1.182,44
		1	1.126,14
MOTORISTA	Especial	20	2.507,16
		19	2.387,77
		18	2.274,06
		17	2.165,78
		16	2.062,64
	C	15	1.964,42
		14	1.870,88
		13	1.781,79
		12	1.696,94
		11	1.616,14
	B	10	1.539,18
		9	1.465,88
		8	1.396,08
		7	1.329,60
		6	1.266,28
A	5	1.205,99	
	4	1.148,56	
	3	1.093,86	
	2	1.041,78	
	1	992,17	
AUXILIAR TÉCNICO	Especial	20	1.646,75
		19	1.568,33
		18	1.493,65
		17	1.422,52
		16	1.354,78
	C	15	1.290,27
		14	1.228,83
		13	1.170,31
		12	1.114,58
		11	1.061,51
	B	10	1.010,96
		9	962,82
		8	916,97
		7	873,30
		6	831,72
A	5	792,11	
	4	754,39	
	3	718,47	
	2	684,26	
	1	651,67	

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Especial	20	1.646,75
		19	1.568,33
		18	1.493,65
		17	1.422,52
		16	1.354,78
	C	15	1.290,27
		14	1.228,83
		13	1.170,31
		12	1.114,58
		11	1.061,51
	B	10	1.010,96
		9	962,82
		8	916,97
		7	873,30
		6	831,72
	A	5	792,11
		4	754,39
		3	718,47
		2	684,26
		1	651,67

rentes ao Tribunal de Contas e ao Fundo de Aperfeiçoamento e Reequipamento Técnico, conforme se vê nos Memorandos nºs 23 e 24/2009-GAB 5ª RELT e nos extratos de consultas dos Processos nºs 1246 e 1247/2009 extraídos do sistema informatizado, os quais seguem em anexo, portanto com prazo suficiente para tramitação neste Sodalício para posterior encaminhamento à apreciação dessa respeitável Casa de Leis. Entretanto até a presente data as mesmas não foram apreciadas.

Sendo assim, resta claro que fiz cumprir o prazo legal para apresentação das contas perante esta Corte, mas o fato das mesmas ainda não terem sido apreciadas pelo Tribunal Pleno com a inserção do relatório circunstanciado na forma da Lei nº 1.284/2001, me impossibilita de dar fiel cumprimento ao artigo 19, XV da Constituição Estadual.

Diante do exposto, informo a Vossa Excelência que assim que esta Corte aprecie as contas em comento, estas ser-lhe-ão entregues, mas enquanto isso não acontece, encaminho-lhe cópia do que fora protocolado neste Tribunal para o seu conhecimento e dessa Augusta Casa de Leis.

Atenciosamente,

Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO

Ofício no 114/2009 – 5ª RELT

Palmas, 30 de abril de 2009.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **Carlos Henrique Gaguim**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

Palmas - TO

Assunto: Prestação de Contas do TCE/TO

Senhor Presidente,

A Constituição do Estado do Tocantins prevê no art. 19, XV que é da competência privativa da Assembléia Legislativa apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas do Estado.

Quando trata do Tribunal de Contas, prescreve no seu art. 33, § 4º que ao Tribunal de Contas compete encaminhar à Assembléia Legislativa, trimestralmente e anualmente, relatório de suas atividades, prestando contas anualmente ao mesmo Poder.

Vale dizer que os relatórios trimestrais e anual referentes ao exercício de 2008 foram regularmente entregues nessa Casa de Leis e o balanço está integrando as Contas Consolidadas do Governo do Estado, como todos os Poderes e o Ministério Público.

A Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, dispõe no art. 4º, VIII que são atribuições do Tribunal de Contas enviar à Assembléia Legislativa relatório circunstanciado da apreciação que fez de suas próprias contas.

No intuito de dar cumprimento aos mandamentos da Constituição Estadual, artigo 19, XV c/c 33, § 4º e também à Lei nº 1.284/2001, em seu art. 4º, VIII, protocolizei neste Tribunal, no dia 27/02/2009, as contas de gestão do exercício de 2008 refe-

Atas das Sessões Plenárias

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

em 6 de maio de 2009

Ata da Quadragésima Oitava Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia seis do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Paulo Roberto, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: César Halum, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz e Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: ofício número 3.284/2009, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a Celebração de Convênio com a APAE, no município de Guaraí; ofícios oriundos da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, informando a Celebração de Convênios com os municípios de Bernardo Sayão e Aurora do Tocantins; ofício número 2.573/2009, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a Celebração de Convênio, com a Associação Nacional de Livrarias – ANL, no município de Palmas e ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Dr. Zé Viana, Iderval Silva, José Geraldo, Manoel Queiroz, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto e Raimundo Palito. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei, que recebeu o número 97/2009,

de autoria do Senhor Deputado José Geraldo e os Requerimentos que receberam os números: 4221 a 4226. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Raimundo Palito e Stalin Bucar. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Toinho Andrade. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos de números: 4081, 4082, 4064, 4065, 4066, 4068, 4069, 4070, 4083, 4076, 4078, 4085, 4086, 4087, 4088, 4095, 4096, 4101, 4097, 4133, 4098, 4099, 4100, 4102, 4114, 4119, 4124, 4125, 4071, 4073, 4074, 4089 e 4080, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, não havendo oradores inscritos nas Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

em 7 de maio de 2009

Ata da Quadragésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia sete do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pela Senhora Deputada Solange Duailibe, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Manoel Queiroz, Paulo Roberto e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: ofícios oriundos da Secretaria da Educação e Cultura, em resposta a Requerimentos de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior Coimbra, Manoel Queiroz, Marcello Lelis e Pastor Pedro Lima; ofício número 1.007/2009, oriundo do INCRA, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado José Geraldo; carta número 2.872/2009, oriunda da Celtins, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Geraldo; ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Juventude, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin e comunicados oriundos do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros, destinados a garantir a execução de Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 4227 a 4235. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Raimundo Moreira. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio

Martins, Iderval Silva, Manoel Queiroz, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto e Toinho Andrade. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. Em seguida, não havendo oradores inscritos nas Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

em 12 de maio de 2009

Ata da Quinquagésima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia doze do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Manoel Queiroz, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Josi Nunes, Paulo Roberto, Raimundo Palito e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Júnior Coimbra. Em seguida, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 76/2009, de autoria do Senhor Deputado Sandoval Cardoso, que “Institui o Dia Estadual do Profissional de Educação Física e dá outras providências”; Projeto de Lei número 82/2009, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Proíbe o consumo de cigarros e outros produtos fumíferos, em restaurantes e lanchonetes”; Projeto de Lei número 83/2009, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Gestão Financeira Familiar na rede pública de ensino estadual”; Projeto de Lei número 84/2009, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Estabelece regime de assistência especial, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal”; Projeto de Lei número 85/2009, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Torna obrigatório constar das denominações dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino e de saúde bem como os demais, em breve relato, dados biográficos dos homenageados ou dos acontecimentos que os originaram”; Projeto de Lei número 86/2009, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Apoio à Escola Centro Educacional Cristo Rei”; Projeto de Lei número 88/2009, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva, que “Cria o Programa de Coleta Seletiva do lixo produzido na rede pública de ensino”. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 98/2009, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva; o Projeto de Lei que recebeu o número 99/2009, de autoria do Senhor Deputado Dr. Zé Viana; e os Requerimentos que receberam os números: 4236 a 4332. Em seguida, reassumiu a Presidência o Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim. Logo após, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, por até cinco minutos, para reunião de Líderes de Bancada, reabrindo-a às dez

horas e quinze minutos. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna o Senhor Deputado Marcello Lelis e a Senhora Deputada Solange Duailibe. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, César Halum, Dr. Zé Viana, Josi Nunes, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto e Raimundo Palito. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos de números: 4226, 4158, 4038, 4024, 4092, 1878, 4221, 4103, 4104, 4105, 4109 a 4113, 4116, 4117, 4120 a 4122, 4106, 4107, 4108, 4111, 4115, 4147, 4148, 4149, 4150, 4151, 4144, 4145, 4154, 4156 e 4157, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

em 13 de maio de 2009

Ata da Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia treze do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Pastor Pedro Lima, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: César Halum, Eli Borges, Josi Nunes, Paulo Roberto e Raimundo Palito. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 12/2009, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.787, de 15 de maio de 2007, que dispõe sobre a Segurança contra Incêndio e Pânico em edificações e áreas de risco no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 14/2009, de autoria do Senhor Governador, que “Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE-TO”; Projeto de Lei número 15/2009, de autoria do Senhor Governador, que “Altera a Lei 1.695, de 13 de junho de 2006, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal aos complexos agroindustriais nas operações que especifica e adota outras providências”; Projeto de Lei número 16/2009, de autoria do Senhor Governador, que “Altera a Lei 1.641, de 28 de dezembro de 2005, que concede benefícios fiscais nas operações que especifica, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 100/2009, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a revisão geral dos Subsídios dos Servidores do Quadro de Provisamento Efetivo da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, e altera o art. 1º da Lei número 1.291, de 28 de dezembro de 2001, e adota outras providências”; Projeto de Resolução número 04/2009, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o art. 2º da Resolução número 255, de 08 de maio de 2007, que Institui o Auxílio-Alimentação aos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 02/2009, de autoria do

Tribunal de Justiça, que “Altera a Lei número 1.604, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Subsídios – PCCS, dos servidores do Poder Judiciário”; Projeto de Lei número 01/2009, de autoria do Tribunal de Justiça, que “Altera a Lei 1.605, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário”; Projeto de Lei número 89/2009, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva, que “Concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos Culturais e Artísticos aos doadores de sangue”; Projeto de Lei número 90/2009, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, que “Dispõe sobre a comprovação de residência no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 94/2009, de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin, que “Institui o Dia do Cliente no calendário oficial do Estado”; Projeto de Lei número 95/2009, de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin, que “Declara de Utilidade Pública a União Santa Fé – UNIFÉ”; Projeto de Lei número 96/2009, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe, que “Cria o Fórum Permanente de Educação e Cultura Afro-Brasileira do Estado do Tocantins e o Fundo Estadual de Educação e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências; Projeto de Lei número 97/2009, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Torna obrigatório a divulgação de informação sobre o índice de infecção Hospitalar pelos hospitais da rede pública e privada de saúde do Estado”; ofício número 38/2009, oriundo do Senado Federal, do gabinete da Senadora Kátia Abreu, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sandoval Cardoso, agradecendo a manifestação de Votos de Aplauso; cartas oriundas da Celtins, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Raimundo Palito e Stalin Bucar; ofícios números 59 e 61/2009, oriundos da Secretaria de Indústria e Comércio, informando Celebração de Convênios com a Associação Comercial e Industrial de Miranorte – ACIM e a Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA, respectivamente; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Dr. Zé Viana, José Geraldo e Marcello Lelis; ofício número 414/2009, oriundo da Secretaria de Ciência e Tecnologia, encaminhando cópias dos convênios firmados entre CNPq e o Estado do Tocantins, para ciência desta Casa de Leis; e ofício número 265/2009, oriundo da Agência de Desenvolvimento Turístico, informando Celebração de Convênio com a Associação de Pescadores Esportivos do Estado do Tocantins – Clube de Pesca Jalapão. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 100/2009, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos Servidores do Quadro de Provisamento Efetivo da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins e altera o artigo 1º da Lei número 1.291 de 28 de dezembro de 2001, e dá outras providências”; e o Projeto de Resolução que recebeu o número 04/2009, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera o artigo 2º da Resolução número 255, de 08 de maio de 2007, que Institui o Auxílio-Alimentação aos servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins; e os Requerimentos que receberam os números: 4333 a 4350. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados: Júnior Coimbra, Marcello Lelis, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos de números: 4332, 4212, 4214, 4215, 4217, 4218, 4220, 4241, 4242, 4186, 4123, 4126 a 4132, 4134 a 4141, 4152, 4153, 4194, 4196, 4197 e 4155, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quarenta e quatro minutos, con-

vocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

em 13 de maio de 2009

Ata da Quinquagésima Segunda Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia treze do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: César Halum, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Josi Nunes, Paulo Roberto e Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 98/2009, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva, que “Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa por emissão de carnê ou boleto bancário no Estado do Tocantins”; ofício número 637/2009, oriundo do Ministério da Educação, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva; ofícios oriundos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado José Geraldo; ofício número 714/2009, oriundo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, informando Celebração de Convênios para desenvolver projetos que consistem no atendimento à pessoa com deficiência e seus familiares, no exercício de 2009; ofício número 728/2009, oriundo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, informando Celebração de Convênios com diversas Associações e Instituições no Estado, visando a execução do Projeto “Ciranda Alimentar”; ofício número 839/2009, oriundo da Câmara dos Deputados, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 101/2009, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; bem como os Requerimentos que receberam os números: 4351 a 4396. Logo após, foi aprovado a urgência do Requerimento que recebeu o número 4352, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva. No horário destinado às Comunicações o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos de números: 4213, 4164, 4198, 4159, 4199, 4167, 4204, 4206, 4200, 4350, 4207, 4210, 4211, 4224 e 4225, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e trinta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se

a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

em 14 de maio de 2009

Ata da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia quatorze do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados Manoel Queiroz, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixou de comparecer o Senhor Deputado Eli Borges. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar e Toinho Andrade; ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando Celebração de Termos Aditivos com diversos municípios do Estado, objetivando a prorrogação da vigência do termo de adesão em comento; carta s/n oriunda do Fórum de Articulação das Mulheres Tocantinenses, solicitando empenho desta Casa de Leis, na aprovação da criação da Vara e Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familiar. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 4397 a 4405. Logo após, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até uma hora, para Reunião Conjunta das Comissões e Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e nove minutos. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Manoel Queiroz, para prorrogá-la de ofício a Sessão por até uma hora e suspendeu-a novamente para conclusão dos trabalhos nas Comissões. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Stalin Bucar e reabriu a Sessão às treze horas e trinta minutos, em que foi colocado em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4406, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 242/2009, 230/2009, 243/2009, 244/2009, 245/2009, 255/2009 e 256/2009, o qual foi aprovado. Logo após, por ter expirado o tempo da prorrogação da Sessão, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente, encerrando-a às treze horas e trinta e três minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de trinta minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa**em 19 de maio de 2009****Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia dezanove do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Stalin Bucar, Secretariado pelos Senhores Deputados Pastor Pedro Lima, Primeiro-Secretário e Toinho Andrade, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, José Geraldo, Josi Nunes, Manoel Queiroz, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Solange Duailibe e Toinho Andrade. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Iderval Silva, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Marcello Lelis e Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Paulo Roberto, a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 19/2009, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 17/2009, que “Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Caixa Econômica Federal e a alienar imóveis inseridos no Projeto Orla”; Projeto de Lei número 91/2009, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de lista com relação dos medicamentos genéricos aprovados pelo Ministério da Saúde em estabelecimentos que comercializam ou distribuem medicamentos”; Projeto de Lei número 92/2009, de autoria do Senhor Deputado Sandoval Cardoso, que “Dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos estaduais à doadores de sangue”; Projeto de Lei número 93/2009, de autoria do Senhor Deputado Paulo Roberto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do teste de Triagem Auditiva em recém-nascidos e dá outras providências”; Projeto de Lei número 99/2009, de autoria do Senhor Deputado Dr. Zé Viana, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Artesãos Dom Bosco – AADB, do Município de Paranã, Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 101/2009, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Concede, anualmente, aos servidores públicos estaduais que especifica, a dispensa de 01 (um) dia das suas funções, para a realização dos exames preventivos de câncer ginecológico e de próstata e dá outras providências”; ofício número 114/2009, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando Prestação de Contas de Ordenador de Despesa, referente ao exercício de 2008; e ofício circular número 19/2009, oriundo da Secretaria Nacional de Assistência Social, informando Transferência de Recursos Financeiros para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Tocantins, referente ao Programa Índice de Gestão Descentralizada Estadual – IGDE. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 104/2009, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo; e os Requerimentos que receberam os números: 4408 a 4430. Logo após, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até quinze minutos, para Reunião de Bancada de Governo, reabrindo-a às dez horas e sete minutos. No horário destinado às Comunicações ocuparam a tribuna os Senhores Deputados: Raimundo Moreira, Paulo Roberto e Stalin Bucar. Assumiu a Presidência o

Senhor Deputado Eduardo do Dertins, a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Paulo Roberto. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados Inscritos declinaram do uso da Palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa****em 21 de maio de 2009****Ata da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia vinte e um do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital. Assumiu a Presidência o Senhor Deputado Paulo Roberto, que deixou de abrir a Sessão por falta de quórum, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados: César Halum, Eli Borges, Iderval Silva, José Geraldo, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****ATADA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa****em, 17 de março de 2009****Ata da Décima Sexta Sessão Extraordinária**

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia dezessete de março de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Paulo Roberto, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 30/2009, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Padre Francisco de Assis Silva Alfenas”, que deu origem ao Processo número 116/2009, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafa. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 46/2009, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra, que “Concede Título de Cidadão

Tocantinense ao Senhor João Reis Santana Filho”, que deu origem ao Processo número 134/2009, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quatorze horas e trinta e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATADA 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

em, 07 de abril de 2009

Ata da Décima Sétima Sessão Extraordinária

Às quinze horas e dezoito minutos do dia sete de abril de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Paulo Roberto, Primeiro-Secretário e Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Toinho Andrade. Deixou de comparecer o Senhor Deputado Sandoval Cardoso. Após a leitura do Texto Bíblico, lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores, foram lidos e despachados os expedientes: Edital de Convocação em que convoca os Senhores Deputados para as Sessões Extraordinárias, nesta Casa de Leis, a realizar-se no dia sete de abril do corrente, às quinze horas, para deliberação das matérias constantes do Edital; Projeto de Lei número 57/2009, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar que, “Dispõe sobre a inserção de textos sobre os direitos das crianças e dos adolescentes em impressos e publicações emitidos pelo Governo do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 59/2009, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, que “Concede o direito de uma folga anual para realização de exames de controle de Câncer de Mama e do Colo de Útero”; Projeto de Lei número 61/2009, de autoria do Senhor Deputado do Dr. Zé Viana que, “Institui o Programa Polícia Imediata e dá outras providências”; Projeto de Lei número 62/2009, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Torna obrigatória a afixação de placas ou plaquetas no interior dos elevadores de edifícios públicos e privados para elucidar o crime de discriminação racial; Projeto de Lei número 63/2009, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, que “Dispões sobre obrigatoriedade da inclusão de percentual mínimo sobre História e Geografia do Tocantins, em concursos ou vestibulares realizados dentro do Estado”, Projeto de Lei número 64/2009, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar que, “Dispõe sobre inclusão da disciplina Noções Básicas de Turismo nas escolas públicas do ensino fundamental”; Projeto de Lei número 65/2009, de autoria do Senhor Deputado Raimundo Moreira,

que “Denomina a unidade escolar que especifica”; Projeto de Lei número 55/2009, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis que, “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ecológica e Cultural Indígena no Tocantins – INECIT”; mensagem número 12/2009, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 10/2009, que “Altera a Lei 1.152, de 3 de maio de 2000, na parte que especifica”; mensagem número 11/2009, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 09/2009, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Tocantinense de Conselheiros Tutelares – ATCT, área de terreno urbano que especifica”; e mensagem número 13/2009, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 11/2009, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à União, em favor do Ministério do Exército, área rural que especifica”. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 67/2009, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; Projeto de Lei que recebeu o número 68/2009, de autoria do Senhor Deputado José Gerado; Projetos de Lei que receberam os números: 69 e 70/2009, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins; Projeto de Lei que recebeu o número 71/2009, de autoria do Senhor Deputado Manoel Queiroz; Projeto de Lei que recebeu o número 72/2009, de autoria do Senhor Deputado Dr. Zé Viana; e os Requerimentos que receberam os números: 3.832 a 3.889. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 3.855, de autoria do Senhor Deputado César Halum. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados: Stalin Bucar, Josi Nunes e Paulo Roberto. Logo após, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a às dezenove horas e quarenta e oito minutos. Em seguida, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até quinze minutos, para Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo às dezenove horas e cinquenta e nove minutos. Em seguida, foram colocados em discussão e votação os Requerimentos que receberam os números 3.890 e 3.891, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais para apreciação dos processos números: 182/2009, 598/2007, 87/2008, 675/2008, 65/2209, 67/2009, 88/2009, 122/2009, 167/2009, 168/2009, 179/2009 e 180/2009, respectivamente, os quais foram aprovados. Na Deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 07/2009, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Cria e denomina a unidade escolar que especifica”, que deu origem ao Processo número 167/2009; e o Projeto de Lei número 08/2009, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Cria e denomina a unidade escolar que especifica”, que deu origem ao Processo número 168/2009, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas, convocando Sessão Extraordinária dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

REUNIÃO CONJUNTADA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 3.ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Primeira Reunião Conjunta

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia quatorze de maio de dois mil e nove reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Marcello Lelis, Lelis, Sandoval Cardoso, Toinho Andrade, José Geraldo e Iderval Silva. Estava ausente o senhor Deputado: Eduardo do Dertins. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos membros presentes. Não havendo Expediente passou-se a Distribuição de Matérias. O Senhor Deputado Iderval Silva foi nomeado relator do Processo número 230/2009; o Senhor Deputado Amélio Cayres foi nomeado relator do Processo número 242/2009; o Senhor Deputado Sandoval Cardoso foi nomeado relator do Processo número 243/2009; a Senhora Deputada Josi Nunes foi nomeada relatora do Processo número 244/2009; o Senhor Deputado César Halum foi nomeado relator do Processo número 245/2009 e o senhor Deputado Fábio Martins foi nomeado relator do Processo número 256/2009. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de três minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTADA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 3.ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Segunda Reunião Conjunta

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia quatorze de maio de dois mil e nove reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Sandoval Cardoso, José Geraldo e Iderval Silva. Estavam ausentes os senhores Deputados: Marcello Lelis, Eduardo do Dertins e Toinho Andrade. O senhor Presidente, Deputado Angelo

Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, após a anuência dos membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O senhor Deputado Cacildo Vasconcelos devolveu o Processo número 230/2009, relatado pelo senhor Deputado Iderval Silva; o senhor Deputado Amélio Cayres devolveu o Processo número 242/2009; o senhor Deputado Sandoval Cardoso devolveu o Processo número 243/2009; a senhora Deputada Josi Nunes devolveu o Processo número 244/2009, o senhor Deputado César Halum devolveu o Processo número 245/2009 e o senhor Deputado Fábio Martins devolveu o Processo número 256/2009. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos processos números: 230/2009, 242/2009, 243/2009, 244/2009 e 256/2009 e, em seguida, encaminhados ao Plenário. Na discussão do Processo número 245/2009, os Senhores Deputados Raimundo Moreira e Josi Nunes solicitaram vistas em conjunto, as quais foram concedidas, pelo Senhor Presidente. Em seguida, o senhor presidente suspendeu a Reunião por até cinco minutos, reabrindo-a logo após, para deliberação do Processo número 245/2009, devolvido seu Parecer de Vista pelo senhor Deputado Raimundo Moreira e senhora Deputada Josi Nunes, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado ao Plenário. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTADA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 3.ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Terceira Reunião Conjunta

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Marcello Lelis, Toinho Andrade, José Geraldo, Iderval Silva, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Raimundo Moreira, Solange Duailibe, Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Josi Nunes, Cacildo Vasconcelos, Júnior Coimbra e Eduardo do Dertins. Estavam ausentes os senhores Deputados Sandoval Cardoso e César Halum. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos membros presentes. Não havendo Expediente passou-se a Distribuição de Matérias. A Senhora Deputada Solange Duailibe foi nomeada relatora do Processo número 254/2009; a Senhora Deputada Josi Nunes foi nomeada relatora do Processo número 257/2009; o Senhor Deputado Fábio Martins foi nomeado relator do Processo número 269/2009; o Senhor Deputado Angelo Agnolin foi nomeado relator do Processo número 275/2009; o Senhor Deputado Iderval Silva foi nomeado relator do Processo número 280/2009 e o senhor Deputado Amélio Cayres foi nomeado relator do Processo número 281/2009. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de até cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTAS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 3.ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Quarta Reunião Conjunta

Às doze horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Marcello Lelis, Toinho Andrade, José Geraldo, Iderval Silva, Fábio Martins, Dr. Zé Viana, Raimundo Moreira, Solange Duailibe, Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Josi Nunes, Cacildo Vasconcelos, Junior Coimbra e Eduardo do Dertins. Estavam ausentes os senhores Deputados: César Halum e Sandoval Cardoso. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura

da Ata da Reunião anterior que, após a anuência dos membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. A senhora Deputada Solange Duailibe devolveu o Processo número 254/2009; a senhora Josi Nunes devolveu o Processo número 257/2009; o senhor Deputado Fábio Martins devolveu o Processo número 269/2009; o senhor Deputado Angelo Agnolin devolveu o Processo número 275/2009; o senhor Deputado Iderval Silva devolveu o Processo número 280/2009 e o senhor Deputado Amélio Cayres devolveu o Processo número 281/2009. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos processos números: 254/2009, 269/2009, 275/2009 e 281/2009 e, em seguida, encaminhados ao Plenário. Na discussão dos Processos números 257/2009 e 280/2009, foram solicitadas vistas em conjunto pelos Senhores Deputados Raimundo Moreira e Eduardo do Dertins e Raimundo Moreira e Dr. Zé Viana, respectivamente, as quais foram concedidas, pelo Senhor Presidente, pelo prazo regimental. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada será assinada e publicada.

DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA

Amélio Cayres – PR
 Angelo Agnolin – DEM
 Cacildo Vasconcelos - PP
 Carlos Henrique Gaguim – PMDB
 César Halum – DEM
 Dr. Zé Viana - PSC
 Eduardo do Dertins – PPS
 Eli Borges – PMDB
 Fábio Martins – PDT
 Pastor Pedro Lima – PR
 Iderval Silva – PMDB
 José Geraldo – PTB

Josi Nunes – PMDB
 Júnior Coimbra – PMDB
 Luana Ribeiro – PR
 Manoel Queiroz - PT
 Marcello Lelis - PV
 Paulo Roberto - DEM
 Raimundo Moreira – PSDB
 Raimundo Palito – PP
 Sandoval Cardoso - PMDB
 Solange Duailibe – PT
 Stalin Bucar - PSDB
 Toinho Andrade – DEM

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder do Governo: Josi Nunes
 1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT
 2º Vice-Líder: Deputado César Halum - DEM

BLOCO – PSDB/PP/PTB

Líder: Deputado Raimundo Moreira - PSDB
 Vice-Líder: Deputado José Geraldo - PTB

BLOCO – DEM/PSC

Líder: Deputado César Halum – DEM
 Vice-Líder: Toinho Andrade - DEM

BLOCO – PR/PV

Líder: Deputado Marcello Lelis - PV
 Vice-Líder: Deputado Amélio Cayres - PR

BLOCO – PPS/PDT/PT

Líder: Deputada Solange Duailibe - PT

BLOCO – PMDB

Líder: Deputado Iderval Silva – PMDB